

O REALISMO DEMOCRÁTICO COMO LEGADO DOS NEOCONSERVADORES: A POLÍTICA DE *REGIME CHANGE* DENTRO DO PROJETO PARA O NOVO SÉCULO AMERICANO

Hermes Moreira Jr. *

RESUMO

O objetivo desse texto é demonstrar a influência do pensamento político dos neoconservadores na Estratégia de Segurança Nacional de 2002 e seus impactos na política externa norte-americana no governo de George W. Bush. A partir da estratégia de ação preventiva implantada pelo Departamento de Estado no contexto da Guerra contra o Terror, os neoconservadores conseguiram incorporar uma série de políticas concebidas no âmbito do *Projeto Para o Novo Século Americano* (PNAC), sobretudo a partir do recurso à intervenção militar e à política de mudança de regime (*Regime Change*). Dessa forma, busca-se demonstrar a apropriação da guerra contra o terrorismo para colocar em prática os projetos desse grupo, principalmente nos casos do Afeganistão e do Iraque. Para tanto, observa-se o pensamento dos neoconservadores no âmbito de seus *Think Tanks* e seu reflexo na opção pelo Realismo Democrático, que deixou um legado de intervenções aos governos posteriores.

Palavras-chave: Guerra contra o Terror. Neoconservadores. Política Externa Norte-Americana.

* Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Estudo sobre os Estados Unidos INCT/INEU

hermesmoreira@ufgd.edu.br

Abstract:

This paper aims to demonstrate the influence of neoconservative's political thought in National Security Strategy 2002. From the strategy of preventive war implemented by Department of State in the context of the War on Terror, the neocons have managed to incorporate a series of policies designed under the Project for the New American Century (PNAC), mainly using of military intervention and policy of regime change. Thus, we seek to demonstrate how the war on terrorism was used as a mean to put into practice the projects of this group, especially in the cases of Afghanistan and Iraq. In order to do this, it is observed the neoconservative 's thinking within their think tanks and their resultant choice for Democratic Realism

Keywords: War on Terror. Neoconservatives. American Foreign Policy.

1 Introdução

Mais de uma década após seu início, a guerra contra o terror apresenta números alarmantes. Apesar de estatísticas confusas e conflitantes, fontes extra-oficiais oriundas de relatórios de observadores internacionais ligados a organizações como a *Human Rights Watch (2013)*¹ e a *Anistia Internacional (2013)*² indicam que aproximadamente 20.000 afegãos e mais de 2.500 militares das forças da coalizão ocidental perderam suas vidas em campo de batalha ou atentados desde 2001 no Afeganistão. A intervenção no Iraque, iniciada em 2003, teria números ainda mais assustadores, com estimativas de mais de 100.000 mortos entre civis e tropas da resistência iraquiana, e outras quase 5.000 baixas entre as tropas lideradas pelas forças anglo-americanas.

Como se não bastasse todo o sofrimento das populações e a perda de milhares de vidas, além do impacto psicológico sobre tantas outras, o cenário de intensos conflitos militares e aguda crise humanitária que tem se desenhado nos últimos anos no Afeganistão e no Iraque não é nada animador. Não obstante, o discurso dos líderes americanos constantemente afirma a convicção na opção pelas intervenções nesses países e reforça seu compromisso com a luta pela "liberdade" em tais territórios a partir da exportação de seus valores, como a democracia. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como a guerra contra o terror se enquadra no espectro mais amplo de objetivos da política externa norte-americana, e quais as bases políticas e ideológicas que a sustentam.

Para tornar isso possível, faz-se necessário resgatar as orientações e o projeto que levaram George W. Bush e sua equipe de governo a adotarem a tática de mudança de regime (*regime change*) como produto de sua estratégia de ação preventiva na Doutrina de Segurança Nacional. E para isso é preciso se dedicar ao estudo da fundamentação teórica da equipe dos Republicanos e dos intelectuais ligados a esse partido.

¹ <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/wr2013.pdf>

² <http://files.amnesty.org/air13/>

[AmnestyInternational_AnnualReport2013_complete_en.pdf](http://files.amnesty.org/air13/)

Sendo assim, inicia-se o texto com uma rápida análise do processo de reorganização do Partido Republicano no período antecedente à ascensão de W. Bush à presidência. Em seguida, observa-se como os neoconservadores articularam sua concepção valorativa a um projeto de política externa, elaborando seu projeto de nação e de ordem internacional. Por fim, demonstra-se como esse grupo foi capaz de articular a Estratégia de Segurança Nacional do governo vinculando-a à guerra contra o terror a partir do recurso ao *regime change* no Afeganistão e no Iraque, sustentado na opção pelo Realismo Democrático.

2 A Ascensão de George W. Bush e o governo dos Neoconservadores

Durante a década de 1990, o Partido Republicano buscava se reerguer após a tentativa frustrada de reeleição de George H. Bush para a presidência, em 1992. Para isso, reforçou as bases de sua aliança com um grupo político numericamente pequeno, porém extremamente bem articulado e competente, os neoconservadores. Estes traziam consigo uma plataforma eleitoral que não se sentia contemplada com as políticas domésticas, sobretudo as sociais de cunho liberal, implantadas por Clinton e pelos democratas: a direita religiosa. Somavam-se a eles, ainda, representantes do Complexo Industrial Militar, grupo que se sentia alijado pela forma como os liberais internacionalistas conduziam a política externa. Desse modo, o grupo político que se organiza em torno do Partido Republicano e que sustenta George W. Bush na disputa pela presidência no ano de 2000 era altamente heterogêneo. Composto por moderados, conservadores religiosos, neoconservadores e *lobbistas* da indústria militar e energética, este grupo tinha em comum o desejo de alterar as políticas do país, seja em âmbito doméstico, seja em âmbito internacional.

A partir dessa composição, W. Bush estava preocupado em guiar, a qualquer custo, sua política externa de acordo com a visão do interesse nacional norte-americano que esse grupo concebia. O pensamento de seus conselheiros era de que a emergência de novas potências mundiais deveria ser contida, se não fosse pelos controles diplomáticos ou comerciais, pelo incremento das capacidades militares. Posição que está em consonância com os anseios dos

defensores da retomada do unilateralismo norte-americano: "o novo unilateralismo visa fortalecer o poder americano e reafirmar a liberdade de ação dos Estados Unidos", cravava Charles Krauthammer (2003), um dos principais expoentes do neoconservadorismo e defensores do governo W. Bush.

Em meio a um processo transitório do internacional liberalismo sustentado pelo governo Democrata de Bill Clinton durante a década de 1990 ao unilateralismo que passara a ser desenhado no início do governo W. Bush, os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 se caracterizaram como o evento que garantiu respaldo ideológico para essa mudança de posicionamento dos Estados Unidos no cenário internacional. O 11/09 proporcionou ao *establishment* republicano a possibilidade de responder aos ataques com firmeza e acentuou a assertividade de reprodução dos valores e instituições norte-americanas, reafirmando sua proeminência no global.

Como destaca Pecequillo (2005, p. 372), todos assistiram "à queda de um mito, o da inviolabilidade do território continental norte-americano". O impacto psicológico e sócio-político desse fato pareceu oferecer aos Estados Unidos um propósito muito mais claro de limites de sua ação internacional, devido a níveis muito maiores de apoio político doméstico a uma política externa ativa e engajada por meio da guerra contra o terror. Os eventos que se seguiram ao 11/09, nesse sentido, exacerbaram a aplicação da doutrina de defesa de posições norte-americanas de acordo com as propostas defendidas por alguns de seus mais proeminentes formuladores de política externa (Haas, 1997; Zoellick, 2000; Rice, 2000, 2008). Washington ganharia muito mais liberdade para determinar, com episódica deliberação, seu objetivo, missão e a coalizão que julgasse pertinentes.

Diante desse quadro, o equilíbrio institucional se inclinou a favor da "nova direita", representada, sobretudo, pelos neoconservadores, justificando seus projetos de militarização e prevenção de ameaças e conferindo legitimidade a sua agenda de política externa. Temas centrais do interesse nacional e estratégico norte-americanos como políticas de salvaguarda a fontes de bens públicos internacionais e outros itens de segurança global, comprometimento com tarefas de intervenção e *state-building*, e expansão do liberalismo global são incorporados à linguagem da

guerra contra o terror. Medidas de fortalecimento da segurança doméstica, um quadro de liberdades constitucionais cerceadas, e a emergência de uma política externa mais unilateral e nacionalista por parte dos Estados Unidos reforçavam ainda mais o retorno à linguagem de império frente à nova doutrina que se constituía, de combate ao terrorismo internacional. Essa realidade sugeriu à administração um eixo definido para sua política externa, ainda que com certa resistência mundial.

Daalder e Lindsay (2003) assinalam que os atentados reforçaram o sentido messiânico da política externa. George W. Bush declarou guerra ao terror na medida em que tentou demonstrar que a “tolerância” dos governos anteriores, de dispensar o uso do poder militar e de não perseguir uma política externa ativa na promoção da democracia, estimulou terroristas a desafiarem a América. A partir de então, os Estados Unidos buscaram fazer valer sua superioridade militar e seu poder e prestígio econômico e cultural para reivindicar o direito de agir no plano internacional unilateralmente, e de acordo com seus interesses, ainda que se utilizassem do discurso de garantia da paz a todo o sistema de Estados.

Os discursos subsequentes e as manobras políticas adotadas após os atentados inflaram o sentimento nacional e patriota da sociedade e da opinião pública, garantindo coesão interna e possibilitando transferência de poder quase ilimitado para o Executivo³. Simultaneamente, produziram um sentimento de solidariedade internacional, legitimando as ações dos Estados Unidos no sistema internacional.

³ Em novembro de 2001, na esteira dos atentados de 11/09, a administração W. Bush edita a Ordem Militar (**Military Order**), documento que declara que a possibilidade de novos atentados terroristas em solo norte-americano é uma ameaça existencial à nação. Invocando seu poder como comandante-em-chefe das forças armadas e sob tutela da AUMF (**Authorization for Use of Military Force**) dada pelo Congresso, Bush ordenou a busca e detenção, sob o controle do Secretário de Defesa, dos membros da organização Al Qaeda, de Osama Bin Laden, considerada pelo governo como a responsável pelos atentados de 11 de setembro. Segundo a Ordem – que deveria atingir exclusivamente indivíduos não americanos – o presidente poderia criar Comissões Militares para processar, julgar e condenar os detentos pelos crimes cometidos, ressaltando que tais Comissões não estariam submetidas a quaisquer cortes judiciárias dos Estados Unidos, dotando o poder executivo de prerrogativas que extrapolam suas atribuições. Isso eximia as cortes ordinárias do país de qualquer responsabilidade ou controle em relação às prisões. Por fim, o

Com a ameaça terrorista alçada ao *status* de ameaça internacional, a guerra contra o terrorismo traria a legitimidade que os neoconservadores necessitavam para colocar em funcionamento seu projeto de retomada do protagonismo norte-americano, como sugerido ao final da Guerra Fria (KRAUTHAMMER, 1990). Ao exercer o papel de líder de uma sociedade ameaçada, os Estados Unidos buscaram angariar o apoio necessário para a manutenção da ordem global favorável aos seus interesses, agindo como polícia global.

Trata-se de uma instrumentalização do combate ao terrorismo a partir do sentimento de insegurança gerado nas populações de todo o mundo ocidental. Aproveitando a tensão global que se instaurou com o clima de medo inflado pela mídia, a perseguição de opositores (simplesmente rotulados terroristas), a supressão de direitos civis e o desencadeamento de guerras passaram a ser utilizados de acordo com propósitos políticos que extrapolavam o combate ao terrorismo. O intuito de evitar o declínio norte-americano e o surgimento de uma potência rivalizante, e a necessidade de reafirmar a hegemonia, se refletiam nas medidas tomadas na guerra contra o terrorismo e na elaboração da estratégia de segurança nacional, a chamada Doutrina Bush.

O discurso acerca da necessidade de combate e derrota total dessa nova ameaça passou a ecoar em todos os cantos da administração W. Bush. Caracterizado, principalmente, no apoio à cruzada contra o terrorismo internacional, como ficou claro diversas vezes em seus discursos: "Toda nação, em toda região, tem agora uma decisão a fazer. Ou está conosco, ou está com os terroristas" (BUSH, 2002).

Patriot Act autoriza prisões imediatas, rejeita o compartilhamento de processos investigativos e permite o livre acesso a informações particulares e confidenciais de cidadãos norte-americanos. Ambas são alvo de severas críticas, pois suas medidas desrespeitam direitos civis básicos a partir da ampliação dos poderes policiais, estabelecimento de escutas telefônicas e captação de comunicações feitas via internet, instauração de tribunais *ad hoc* e tribunais militares, detenção e acusação com base em provas sigilosas, atuação das agências de segurança em ações de espionagem interna sobre organizações políticas e religiosas estabelecidas no território dos Estados Unidos, etc. (HERSH, 2004).

Porém, esse discurso refletia um conjunto de ideias mais amplo, que ganhara corpo nas duas últimas décadas no interior dos grupos de intelectuais e ativistas políticos neoconservadores. Este grupo, que antes era um componente importante, passa então a assumir posição de formulador do projeto político republicano. Dessa forma, os neoconservadores puderam articular seus projetos com a agenda política governamental, e demonstraram toda a capacidade que um grupo organizado possui de aparelhar, influenciar e orientar a política externa de uma nação.

3 O Pensamento Neoconservador Norte-Americano

Os atentados terroristas de 11 de Setembro causaram, naturalmente, grande impacto na estratégia de segurança dos Estados Unidos, influenciando diretamente sua doutrina de ação. As alterações se iniciam com uma nova correlação de forças dentro das estruturas do próprio governo a partir do momento em que os republicanos moderados passaram a perder espaço e influência junto aos *decision makers*, sendo esse papel, de formuladores da política externa, assumido pelos neoconservadores.

Para dar início à campanha de caça e extermínio de organizações terroristas responsáveis por conduzir, financiar ou dar suporte aos atentados de 11/09, os neoconservadores passaram a encabeçar órgãos institucionais não somente responsáveis pela política externa do país, como o Departamento de Estado, Departamento de Defesa e Conselho de Segurança Nacional, mas também os diversos órgãos de inteligência como a CIA e o FBI, e os recém-criados Departamento de Segurança Nacional e Centro Nacional de Contraterrorismo.

Cada vez mais próximos do poder, bem financiados e organizados em inúmeros *Think Tanks*, os neoconservadores conseguiram transformar seu programa político em programa de governo. Cristalizava-se um projeto em gestação há décadas. Sistematizado por Irving Kristol (1995), o neoconservadorismo se consolida como uma força na política mundial a partir da divulgação da Estratégia de Segurança Nacional de 2002 (NSC, 2002).

Corrente intelectual com um programa muito bem definido, os neoconservadores acusam o liberalismo de, através de seus excessos, corromper os valores da cultura americana, assim como também limitar seus interesses no plano internacional. Para a difusão de

suas idéias e atração de novos adeptos o grupo se utiliza de jornais (*The New Republic, The Weekly Standard*), revistas (*Public Interest, Commentary*) e Think Tanks (*American Enterprise Institute, Hudson Institute, The Heritage Foundation*).

Sua raiz acadêmica está em Nova York, na *New School for Social Research*, a partir do pensamento do filósofo alemão, naturalizado norte-americano, Leo Strauss. Posteriormente, o movimento neoconservador se desenvolve na Universidade de Chicago formando seus maiores círculos de intelectuais (STELZER, 2004). Constitui, assim, um movimento que tem por objetivo fortalecer uma concepção de mundo que combate o relativismo cultural, valorizando ideais, costumes, e crenças tradicionais.

Na esfera cultural ganha destaque a crítica ao liberalismo individualista e ao multiculturalismo, considerados como responsáveis por solapar as bases e valores tradicionais da família e da comunidade (KRISTOL, 1995). No plano da política internacional se traduz na contraposição às concepções conservadoras isolacionistas, realistas conservadoras, institucionalistas e liberais da interdependência, ressaltando a necessidade de exportação de valores como liberdade e democracia mundo afora. Passam, portanto, a exercer papel de intelectuais orgânicos de um movimento “conservador internacionalista”. Nas palavras de um de seus principais ideólogos:

These attitudes can be summarized in the following “theses” (as a Marxist would say): First, patriotism is a natural and healthy sentiment and should be encouraged by both private and public institutions. Precisely because we are a nation of immigrants, this is a powerful American sentiment. Second, world government is a terrible idea since it can lead to world tyranny. International institutions that point to an ultimate world government should be regarded with the deepest suspicion. Third, statesmen should, above all, have the ability to distinguish friends from enemies. This is not as easy as it sounds, as the history of the Cold War revealed. The number of intelligent men who could not count the Soviet Union as an enemy, even though this was its own self-definition, was absolutely astonishing (KRISTOL, 2003).

Severos críticos das administrações Nixon, Ford e Carter, os neoconservadores exerceram forte influência sobre a política externa de Reagan, nos anos 1980. Defenderam uma política agressiva, com forte componente ideológico contra a União Soviética, sobretudo na formulação da caracterização do “império do mal”. Ao longo de sua passagem pela Casa Branca, Reagan pode aparelhar boa parte do *establishment* norte-americano com quadros neoconservadores, garantindo grande importância a esse grupo na formulação de políticas e tomada de decisões, e permitindo, como analisou Finguerut (2008), a construção de redes no interior das instituições governamentais, com acesso a relatórios e a informações privilegiadas.

Desde então, na condução da política externa, a perspectiva neoconservadora é cada vez mais enfática na defesa dos interesses nacionais, e a tendência de recurso ao ataque preventivo é tomada como sua principal estratégia. Tais fundamentos se valem da visão única que têm os neoconservadores sobre os Estados Unidos de seu papel no sistema internacional. Visão reforçada após a queda da União Soviética, quando vislumbram que a grande ameaça aos Estados Unidos seria derivada de sua própria fraqueza:

[...] the main threat the United States faces now and in the future is its own weakness. American hegemony is the only reliable defense against a breakdown of peace and international order. The appropriate goal of American foreign policy, therefore, is to preserve that hegemony as far into the future as possible. To achieve this goal, the United States needs a neo-Reaganite foreign policy of military supremacy and moral confidence (KRISTOL; KAGAN, 1996).

Quatro temas constituem o fundamento do pensamento neoconservador em política externa: o unilateralismo, o internacionalismo não-institucional, a promoção da democracia e o uso do poder militar (TEIXEIRA, 2010). São temas fundamentais para a identificação e a compreensão dos aspectos que envolvem a ideologia neoconservadora, pois possuem continuidade e norteiam os objetivos gerais da grande estratégia do grupo.

Essa versão mais agressiva da política externa estadunidense, empregada pelos neoconservadores durante o governo W. Bush, dependeria de um período de adaptação a esta reestruturação de projeto, discurso e prática, não estivesse todo o arcabouço necessário para sua implementação sendo elaborado e fomentado por diversos institutos de estudos e pesquisas, os *Think Tanks*. Ferramenta indispensável na consolidação da proposta neoconservadora de reorientação da atuação dos Estados Unidos.

3.1 Os *Think Tanks* e a Influência do Pensamento Neoconservador

Os *Think Tanks* funcionam como aglutinadores dos interesses de muitos grupos de pressão. "Reservatórios de ideias", em uma tradução literal, são núcleos formados por pesquisadores de diferentes áreas, que tem por objetivo elaborar projetos de políticas públicas, traduzindo o conhecimento acadêmico para uma linguagem mais acessível a seu público-alvo. Ganham projeção no sistema político americano ao funcionar como uma espécie de aparato ideológico das diferentes correntes políticas do país. Cada vez mais ocupam espaço privilegiado entre os atores que influenciam os órgãos de decisão política dos governos. A partir da divulgação de relatórios e da formulação de programas de ação são capazes de angariar inserção midiática e mobilização social a determinados temas de interesse particular de seus financiadores e ideólogos.

Por contar com especialistas renomados em suas equipes, muitos *Think Tanks* acabam por transitar entre diferentes grupos de interesses, concentrando importante força política. Possuem projeção, principalmente, devido à capacitação de funcionários do governo e do poder legislativo, e muitas vezes passam a compor os quadros de suporte técnico da administração. Essa simbiose entre os *Think Tanks* e a administração pública garante uma complexa relação entre a formulação e a execução de políticas dentro desses grupos, dotando-os de diferentes níveis de poder e influência, variando de acordo com o tamanho dos institutos e de seus orçamentos, a orientação ideológica, os laços com o alto escalão do governo e com empresas e fundações doadoras (McGANN; WEAVER, 2000).

A *Carnegie Endowment for International Peace* (criada em 1910), o *Council on Foreign Relations* (1921) e a *Brookings Institution* (1927) estão entre os mais tradicionais *Think Tanks* norte-americanos. E têm desenvolvido estudos e pesquisas domésticas e internacionais, com grande repercussão e reconhecimento interno e externo. Além destes, possuem grande destaque, sobretudo pela diversificação de temas e amplitude de seus estudos, o *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*, o *Cato Institute*, o *American Enterprise Institute (AEI)*, e a *Heritage Foundation*. Sendo estes dois últimos vinculados ao governo W. Bush devido à influência dos neoconservadores em seus projetos.

Inseridos nesses grupos, os neoconservadores elaboram programas baseados nos valores mais conservadores e tradicionais da sociedade americana. Buscam consolidar seu projeto de política externa, fundamentado na manutenção da supremacia dos Estados Unidos e na propagação de seus valores junto à sociedade internacional. O eixo de sustentação desse programa neoconservador se encontra em um *Think Tank* constituído no ano de 1997, intitulado *Project For The New American Century (PNAC)*.

3.2 O Projeto para o Novo Século Americano

De modo geral os neoconservadores comungam de uma visão comum sobre a supremacia de valores como liberdade e democracia, bem como sobre o papel dos Estados Unidos como propulsor desses valores mundo afora, sobretudo através da manutenção da força e de uma postura ativa e engajada. Como sintetizam Kristol e Kagan (2000): "*what is needed today is not better management of the status quo, but a fundamental change in the way our leaders and the public think about america's role in the world.*"

Para isso, os neoconservadores afirmam que deve ser evitado qualquer movimento que proporcione um vácuo de poder no sistema internacional, o que levaria a que outros Estados buscassem moldar a ordem global de maneira contrária aos interesses americanos. Portanto, os Estados Unidos devem "seduzir" potenciais aliados ou "abortar" eventuais contestadores visando à preservação de uma ordem internacional que privilegie através de sua liderança os interesses norte-americanos. Algumas medidas são essenciais para

possibilitar que os Estados Unidos consigam moldar o cenário internacional de acordo com seus interesses:

- aumentar gastos com defesa para assumirem com capacidade de realização os compromissos globais e dissuadir rivais;
- ser promovida a manutenção da paz internacional aumentando laços com países democráticos e confrontar regimes hostis aos valores e interesses norte-americanos;
- promover a causa de liberdade política e econômica;
- aceitar a responsabilidade de preservar e estender uma ordem internacional de acordo com os princípios do país e favorável a sua segurança e prosperidade;

A promoção dessas medidas vem acompanhada de uma estratégia que visa ressaltar a supremacia norte-americana por meio da expansão da democracia e do recurso ao uso da força, quando conveniente e necessário.

Responsáveis por endurecer a política norte-americana contra o comunismo soviético nos anos 80, os neoconservadores identificavam no governo Republicano de George H. Bush e no discurso sobre a "nova ordem internacional" a possibilidade de colocar em prática seu movimento conservador internacionalista. Sem emplacar seu projeto na Estratégia de Segurança Nacional de 1991 (NSC, 1991), os neoconservadores viram seu espaço de atuação, que fora amplo durante o governo Reagan, cada vez mais estreito durante a administração de George H. Bush, e mais escasso ainda com a ascensão de Bill Clinton e dos Democratas, a partir de 1993.

Todavia, a agenda neoconservadora se matinha em seus principais círculos políticos, que resolveram se reunir, a partir de 1997, em torno de um "projeto para o novo século americano". Articulado por um poder militar forte e pronto para enfrentar os perigos presentes e futuros, o PNAC, como ficou conhecido esse *Think Tank*, defendia uma política externa proativa, capaz de promover os princípios e interesses norte-americanos no exterior e sustentar uma liderança nacional condizente com suas "responsabilidades globais":

[...] Of course, the United States must be prudent in how it exercises its power. But we cannot safely avoid the responsibilities of global leadership or the costs that are associated with its exercise. America has a vital role in maintaining peace and security in Europe, Asia, and the Middle East. If we shirk our responsibilities, we invite challenges to our fundamental interests [...] American leadership is good both for America and for the world (PNAC, 1997).

Dedicado a ressaltar a liderança global norte-americana, o PNAC enfatizava que essa liderança requer força militar, energia diplomática e compromisso com princípios morais, buscando obter apoio para uma política vigorosa e bem fundamentada de envolvimento internacional. Composto por alguns dos principais representantes do pensamento neoconservador, o PNAC buscava retomar elementos considerados essenciais para o “sucesso” de Reagan nos anos 80.

E assim o fez. Através de publicações, conferências, seminários, entrevistas e debates sobre o papel que acreditam que os Estados Unidos devam exercer no mundo, refinaram suas percepções e elaboraram um documento que seria a síntese desse projeto: o *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces And Resources For A New Century* (PNAC, 2000). Considerado o modelo mais acabado de inflexão dos *Think Tanks* neoconservadores na elaboração da política externa norte-americana.

Portanto, o *Projeto Para o Novo Século Americano* visava resgatar os princípios e as políticas de “fortalecimento militar e pureza moral” que construíram uma estratégia de sucesso para os Estados Unidos neste século, e seriam responsáveis por manter a segurança e a “grandeza” da nação no século XXI.

- we need to increase defense spending significantly if we are to carry out our global responsibilities today and modernize our armed forces for the future;
- we need to strengthen our ties to democratic allies and to challenge regimes hostile to our interests and values;

- we need to promote the cause of political and economic freedom abroad;
- we need to accept responsibility for America's unique role in preserving and extending an international order friendly to our security, our prosperity, and our principles; (PNAC, 1997).

Imbuídos desses princípios, os neoconservadores buscavam ampliar o papel dos Estados Unidos no cenário internacional combatendo suas fraquezas, identificadas nos valores do internacionalismo liberal, que submetia o poder norte-americano – segundo a concepção neoconservadora – às instituições multilaterais. Sendo assim, a ordem internacional deveria ser moldada não mais segundo as instituições e os regimes internacionais, limitadores do interesse nacional dos Estados Unidos, mas sim de acordo com os interesses e visão de mundo da nação mais poderosa, que possuía capacidades materiais e valores morais para definir os rumos da sociedade internacional.

Para estabelecer parâmetros de ação internacional condizentes com o papel que deveriam exercer nas esferas da segurança internacional, do comércio global e da ideologia, contavam com o *Rebuilding America's Defenses*. Os neoconservadores propunham, portanto, uma reorientação no exercício da hegemonia dos Estados Unidos no cenário internacional, que substituiria o internacionalismo dos regimes e das organizações multilaterais pelo unilateralismo de seus interesses, valores e princípios.

Essa adaptação proposta pelo PNAC passaria a influenciar largamente a formulação de política externa do governo de George W. Bush. Como observa Jervis (2006), "the *Project for the New American Century* (PNAC) was the fundamental pillar of Republican's agenda, defending US unipolarity and expansion and a more assertive stance for leadership".

Desse modo o *Projeto para o Novo Século Americano* passa a exercer de fato influência na política externa dos Estados Unidos. Ademais, o 11/09 catalisa concepções teóricas e políticas do pensamento neoconservador e materializa a aplicação prática dos elementos de seu projeto. A estratégia de segurança nacional desencadeada a partir dessa concepção corrobora com o papel

vislumbrado pelos neoconservadores aos Estados Unidos, de consolidação de uma ordem unipolar capaz de refletir valores e fundamental para garantir o interesse nacional.

Nesse contexto, a Estratégia de Segurança Nacional do governo George W. Bush, a chamada Doutrina Bush, fundamentada na guerra contra o terrorismo internacional, se apresenta como resultado praticamente direto do *Projeto Para o Novo Século Americano*, com a confirmação da ascensão dos neoconservadores ao poder. Portanto, com o 11/09 o círculo neoconservador, principalmente sob a liderança de Dick Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz, passa a orientar a política externa de W. Bush, como observa Boot:

[...] Actually that's an understatement. Neocons are closer to the mainstream of the Republican Party today than any competing faction. [...] The National Security Strategy that he (Bush) released in September – which calls for 'encouraging free and open societies on every continent' – sounds as if it could have come straight from the pages of *Commentary* magazine, the *neocon* bible (BOOT, 2004).

A perspectiva de que não havia nenhum país que pudesse de fato rivalizar com os Estados Unidos, prolongando o momento unipolar de Krauthammer (2002), era reforçada pela intenção de evitar quaisquer possibilidades de alteração desta situação em direção à multipolaridade. O objetivo dos neoconservadores de combater todas as fontes de ameaça à preponderância norte-americana, aliado à nova realidade de enfrentamento ao terrorismo internacional e demais forças extremistas engajadas na desestabilização da ordem internacional, dotam o *Projeto para o Novo Século Americano* de contornos de um projeto para a salvação da humanidade, nos moldes mais afeitos aos neoconservadores. Assim, o PNAC busca exercer um papel de fomentador da política externa em sentido mais amplo, visando influenciar o executivo, o legislativo e a opinião pública dos Estados Unidos.

Nessa direção, o governo Republicano de W. Bush coloca em prática uma política externa caracterizada pelo "*Differentiated Internationalism*" e pelo "*Compassionate Conservative*" (PECEQUILO, 2009). Três elementos passam a ser centrais na nova estratégia de política externa dos Estados Unidos:

- First, current doctrine emphasizes that peace and cooperation can exist only when all important states are democratic. Because a country's foreign policy reflects the nature of its domestic regime, states that rule by law and express the interests of their people will conduct benign foreign policies, and tyrannies will inflict misery abroad as well as at home.
- Second, a vital instrument to preserve world order is what the administration calls preemption but is actually prevention, including preventive war. It was better for the United States to act rather than wait for this to occur.
- Finally, preventive actions, however, even if effective in the short run, will only be a stopgap if international politics were to proceed on its normal trajectory. To bring lasting peace, stability, and prosperity, the system must not simply be preserved, as the Defense Guidance advocated; it must be transformed. (JERVIS, 2006, p. 09)

Desse modo o Projeto para o Novo Século Americano passa a exercer de fato influência na política externa dos Estados Unidos. Ao procurar exercer a política externa de acordo com seus interesses, e não mais subjugados a instituições supranacionais, os norte-americanos afirmam promover os interesses da humanidade (KAGAN, 2003), o que acreditam garantir legitimidade às suas ações.

O desdobramento dessa influência caracteriza a política externa e a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos durante os 8 anos da administração W. Bush. E marca um importante período de reorientação dos rumos da hegemonia norte-americana no cenário internacional, sendo fundamental a compreensão de suas articulações, concepções e táticas para o desdobramento de um dos mais controversos e importantes momentos da história da política externa da maior potência do sistema internacional.

4 O Realismo Democrático e a Política de *Regime Change*

Após 11/09, o governo norte-americano buscou associar, de imediato, os ataques terroristas em seu território ao regime que controlava o Estado afegão e, de forma mais geral, os fenômenos de terrorismo ao fracasso estatal, uma vez que os chamados Estados Falidos estariam servindo como “santuários” de proteção e organização de grupos terroristas. Nesse momento, o escopo político das ações de intervenção humanitária e promoção dos direitos humanos têm seu foco alterado da ideia de boa governança com um simples apoio logístico ou burocrático – através de projetos de cooperação técnica em áreas específicas – para o desenvolvimento de verdadeiras arquiteturas político-institucionais para os países alvo, os processos chamados de *state building*, que passam, entre outras questões, pela relativização de suas prerrogativas de soberania e pelo impulso à mudança de regime.

No centro dessa estratégia estava a necessidade que os neoconservadores identificaram de convencimento de grupos domésticos e de parcela da comunidade internacional de que a política externa norte-americana deveria ganhar novos contornos de atuação. Não mais a partir de uma postura reflexiva, de respostas a estímulos ou ações quando fosse solicitada, mas de postura ofensiva, uma vez que a construção de Estados democráticos é agora um componente fundamental do interesse nacional (Rice, 2002). Assim, a intervenção no Afeganistão, em outubro de 2001 – que derrubou o regime Talibã, acusado de fornecer apoio à rede de terroristas da Al Qaeda, de Osama Bin Laden – obteve aval da comunidade internacional, elevando os índices de aprovação do governo W. Bush a seu patamar mais significativo⁴.

⁴ Iniciada no dia 7 de outubro, menos de um mês após os atentados a Nova York e Washington, a investida junto ao Afeganistão, denominada Operação Liberdade Duradoura, apresentava três objetivos principais: derrotar a Al Qaeda e o Talibã; reconstruir política e economicamente o Afeganistão; eliminar em escala mundial o terrorismo internacional (BERGEN, 2005).

Ademais, em março de 2003 o PNAC enviou duas cartas ao congresso apoiando e justificando a ocupação do Iraque pelas tropas da coalizão⁵. A primeira carta (PNAC, 2003a), redigida no dia 19 de março, afirmava que todos os signatários apoiavam uma intervenção militar no Iraque, pois se fazia necessário respeitar a *Resolução 1441* do Conselho de Segurança, que deu ao Iraque a última chance para cumprir com as resoluções da ONU. Era justificável, dessa forma, tanto a remoção de Saddam Hussein do poder quanto de seu regime autoritário. A outra carta foi redigida e enviada no dia 28 de março de 2003 (PNAC, 2003b), após a guerra ser iniciada. No seu conteúdo ficava patente o esforço de se restabelecer as parcerias e a cooperação entre os Estados Unidos e os países europeus, fortemente abaladas em função da intervenção militar no Iraque.

Segundo sugerem as cartas, a mudança de regime no Iraque seria vital para que se alcançassem três objetivos: desarmar o país dos estoques de armas de destruição em massa; estabelecer um pacífico, estável e democrático governo no Iraque; e contribuir para o desenvolvimento da democracia em outros países do Oriente Médio

Todavia, ao contrário do internacional liberalismo preconizado pelos governos democratas, o realismo democrático dos neoconservadores não compartilha do idealismo wilsoniano ou dos arranjos e regimes dos institucionalistas.

[...] Liberal internationalism is the foreign policy of the Democratic Party and the religion of the foreign policy elite. It has a peculiar history. It traces its pedigree to Woodrow Wilson's utopianism, Harry Truman's anticommunism, and John Kennedy's militant universalism (KRAUTHAMMER, 2004a, p. 04).

⁵ O conflito no Iraque tem início em 19 de Março de 2003, com a deflagração da chamada operação *Iraqi Freedom*. Dentro das ações da guerra contra o terror, tinha por objetivo principal a deposição do líder iraquiano Saddam Hussein e a instauração de um regime democrático no país (PIAZZA, 2008).

O realismo democrático neoconservador confia na construção de um mundo livre, guiado pelos valores morais a partir da transformação de países não-democráticos em democracias liberais por meio da mudança de regimes. Devendo, os Estados Unidos, pressionar tais países com todos os meios, expandindo a ideia de defesa e segurança a partir da zona democrática de paz (KRAUTHAMMER, 2004b). Segundo os neoconservadores, os Estados Unidos atingiram tal posição no cenário mundial praticando uma política externa de promoção ativa dos princípios de governança americanos: democracia, livre mercado e respeito pela liberdade.

E isso significa compromisso não apenas em apoiar os aliados, mas principalmente em pressionar os inimigos, se necessário forçando o chamado *regime change*. A estratégia mais eficiente nesse processo seria, portanto, a transformação e não a coexistência. E de acordo com essa visão, a ação preventiva da guerra contra o terror é elemento essencial para a expansão global da democracia.

Portanto, no plano estratégico se encontra uma importante alteração. A contenção e a dissuasão, elementos tradicionais na política de segurança dos Estados Unidos ao longo do século XX, perdem centralidade para a política de ação preventiva. Baseada no recurso ao unilateralismo, no direito de preempção e na afirmação da preponderância do poder norte-americano (Gaddis, 2005), a ação preventiva representaria uma “profunda inovação estratégica” (Daalder; Lindsay, 2003) devido às alterações correspondentes a seu comprometimento com aliados e instituições internacionais no que tange à sua liberdade de ação.

Com efeito, de acordo com seus defensores, apesar de poder ser vista como uma política radical, a mudança de regime é o caminho mais apropriado para prevenir ameaças e crises internacionais, que poderiam inclusive culminar em guerras mundiais, sendo necessária apoiar a ideia de transformação de pessoas, sociedades, e até mesmo da política mundial:

[...] Bush’s predisposition here converges with strands of neoconservative thinking that see the need for the United States to undertake ambitious foreign policy missions to maintain its domestic political and moral health, as well as the related belief in the possibility of international progress through converting people to correct ideas and ideals. (JERVIS, 2003, p. 15)

Portanto, a crença neoconservadora no *regime change* se baseia na perspectiva da estabilidade duradoura entre regimes democráticos. Assim, o apoio ao desenvolvimento e modernização é benéfico para estabilidade e segurança internacionais. Segundo essa visão, para promover sua própria defesa e garantir paz ao resto do mundo os objetivos da política externa norte-americana deveriam se concentrar na redução da vulnerabilidade a ameaças externas por meio da conversão de regimes hostis e não democráticos. Desse modo, se consolidava a convicção de que a ausência de instituições democráticas e a falta de liberdades individuais, sobretudo no mundo árabe-muçulmano, seriam fontes do terrorismo internacional, e os Estados Unidos deveriam trabalhar ativamente para levar “esperança, democracia e desenvolvimento a essas regiões” (BUSH, 2002).

A adoção desse novo perfil acompanhou a renovação do pensamento neoconservador ao longo dos anos 1990, que atuou visando identificar as atuais oportunidades de ação diante do cenário internacional do pós-Guerra Fria. Desse modo, a Estratégia de Segurança Nacional confirma essa alteração no campo internacional:

That great struggle is over. The militant visions of class, nation, and race which promised utopia and delivered misery have been defeated and discredited. America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones. We are menaced less by fleets and armies than by catastrophic technologies in the hands of the embittered few. We must defeat these threats to our Nation, allies, and friends (NSC, 2002, p. 01).

Portanto, a configuração que a administração W. Bush deu ao mundo pós-11/09 é que este seria marcado por uma ameaça global, que exigiria uma reação igualmente global, e o governo norte-americano afirmava que os Estados Unidos estariam dispostos a enfrentar sob todas as circunstâncias esta ameaça e “aceitariam o papel de liderar a sociedade internacional nessa missão” (NSC, 2002).

Impulsionados por essa orientação, e estimulados pela nova realidade estratégica que evidencia que a grande ameaça do mundo contemporâneo reside na ação de pequenos grupos e países isolados que venham a apresentar resistência às liberdades democráticas, o

establishment norte-americano passa a direcionar suas ações aos Estados considerados como elementos de desestabilização da ordem internacional. Não somente com a já referida investida junto ao Afeganistão⁶, mas como pode ser destacado pelo relatório anual de controle sobre o terrorismo internacional (U.S.D.S., 2004) no qual Cuba, Irã, Iraque, Líbia, Coréia do Norte, Síria, e Sudão são enquadrados na categoria de patrocinadores do terrorismo, e colocados na mira do programa de *regime change*⁷. No contexto de guerra contra o terrorismo, a difusão e promoção da democracia passaram a direcionar a agenda global dos Estados Unidos.

A invasão do Iraque, contudo, se caracterizou como a mais enfática manifestação dessa perspectiva. Levando em conta os preceitos da Doutrina Bush acerca da necessidade dos norte-americanos manterem uma força militar capaz de lidar com os desafios presentes e futuros do cenário internacional, a guerra com o propósito de instaurar um regime democrático no país do Oriente Médio se atrelava à idéia de que os Estados Unidos devam exercer uma liderança que aceite as responsabilidades globais do país.

[...] President Bush grasped that our response to the attacks must go beyond simply destroying some terrorist groups, important as that is. He also understood the underlying truth that there's no substitute for American leadership - a leadership that is willing not just to use our military strength, but also to defend and advance liberal democratic principles. George W. Bush is now a man with a mission. As it happens, it is America's historic mission (KAGAN; KRISTOL, 2002).

⁶ Iniciada no dia 7 de outubro, menos de um mês após os atentados a Nova York e Washington, a investida junto ao Afeganistão, denominada Operação Liberdade Duradoura, apresentava três objetivos principais: derrotar a Al Qaeda e o Talibã; reconstruir política e economicamente o Afeganistão; eliminar em escala mundial o terrorismo internacional.

⁷ Para esses e para futuros freqüentadores da lista, em um primeiro momento de ação política as modalidades de retaliação incluem, entre as principais, a proibição de exportações e vendas relacionadas com armas, controle de exportações de bens e serviços que possam fortalecer sua capacidade militar, proibição de assistência econômica e imposição de restrições a empréstimos junto aos organismos financeiros internacionais (U.S.D.S., 2004).

Mas a política de *regime change* não deveria ser mobilizada por um globalismo democrático que beirasse o idealismo wilsoniano. Ou seja, ela deveria conter elementos de uma estratégia geopolítica que fosse responsável por direcionar a promoção dos valores e ideais norte-americanos. Portanto, a nova estratégia define o interesse nacional dos Estados Unidos em termos de poder, abertura econômica e promoção de seus ideais, uma espécie de "realismo liberal". Ou como definida por seu principal formulador, um realismo democrático:

[...] It has rallied the American people to a struggle over values. It seeks to vindicate the American idea by making the spread of democracy, the success of liberty, the ends and means of American foreign policy. I support that. I applaud that. But I believe it must be tempered in its universalistic aspirations and rhetoric from a democratic globalism to a democratic realism. It must be targeted, focused and limited (KRAUTHAMMER, 2004a, p.18).

Desse modo, o interesse estratégico acaba por falar mais alto. O realismo democrático é um guia de "onde intervir", "onde construir a democracia" e "onde construir uma nova nação". Representaria um avanço em relação ao realismo porque compreende a utilidade da democracia como um meio de alcançar a segurança global. Nesta lógica, a democracia deve ser levada somente a regiões prioritárias, e não necessariamente a todas. Os Estados Unidos, portanto, colocaram em uso sua doutrina preventiva intervindo em pontos realmente vitais para seus interesses.

O desafio do *regime change* passa ser enfrentado somente em lugares onde tal estratégia é necessária, ou seja, vital para expandir os limites da guerra contra o inimigo existente, aquele que ameaça as liberdades, aquele das ideologias radicais. O discurso neoconservador, predominante na doutrina de segurança dos governos W. Bush ressalta essa perspectiva. Com critérios bem claros, o realismo democrático é emblemático dessa situação ao demonstrar que aliada à lógica de promoção dos direitos humanos está a lógica de "intervir onde faz a diferença".

5. Considerações Finais

Procurando se inserir em um contexto geopolítico regional em que eram relativamente ausentes, sob o mando do realismo democrático os Estados Unidos tentaram manter ou estabelecer alianças com países cuja posição geográfica fosse particularmente útil no emprego de seus meios de força. Buscaram aliados que lhe facilitasse a presença global pela disponibilização de bases, instalações, utilização de espaço aéreo ou território, pré-posicionamento de equipamentos, munições e suprimentos etc., e ainda por cima oferecessem algum elemento de contenção a possíveis pretensões de disputa pela sucessão hegemônica.

Não obstante, as ações unilaterais norte-americanas geram um descrédito à sua política, principalmente ao passo que esta tenta utilizar o direito internacional e os valores humanísticos como instrumento de seus interesses nacionais. Na prática, a ênfase no processo de revitalização e incremento das forças armadas, e a “reconstrução do poder nacional” proposta pelos neoconservadores, deslocam para segundo plano as questões humanitárias, sócioeconômicas, e a importância dos regimes e organizações internacionais. De acordo com essa visão, a partir do unilateralismo, a promoção dos valores e ideais norte-americanos deveria ser responsável por preservar a condição de potência hegemônica e maximizar a influência e o poder americano no sistema, mesmo que com isso gerassem um clima global de insegurança coletiva.

Ainda assim, situar os neoconservadores no campo das teorias de relações internacionais é tarefa bastante complexa. Utilizamos a alegoria de Muravchik (2007) para tentar ilustrar o posicionamento dessa corrente nos principais temas da política internacional:

[...] Well, imagine a triangle. At its three points are traditional conservatives, traditional liberals, and neoconservatives. The dividing line between neoconservatism and traditional conservatism is Wilsonianism. [...] What distinguishes neoconservatives from traditional liberals is that we're more ready to resort to the use of hard power

and we are less trusting in the UN. So on the question of ends you might say we are more at one with the traditional liberals, but on the means we are more at one with the traditional conservatives.

Envoltos por uma estratégia que incluía motivações de ordem geoestratégica e política, e motivações de ordem valorativa, os falções neoconservadores de George W. Bush foram responsáveis por estimular uma nova fase de debates sobre a condição da hegemonia norte-americana nas relações internacionais. Sobretudo ao passo que suas opções políticas pareciam cada vez mais ignorar as tentativas de articulação de consenso em torno das posições dos Estados Unidos que foram consubstanciadas ao menos nas últimas cinco décadas.

Este amálgama de internacionalismo, unilateralismo, militarismo e primazia, que direcionou a política norte-americana durante os dois mandatos republicanos é o legado que a Doutrina Bush deixará para a história dos Estados Unidos. Legado este, a despeito das limitações e inconsistências encontradas em sua aplicação, condizente com a formulação teórica do grande projeto dos neoconservadores, que não esconderam desde o princípio os meios que se utilizariam para alcançar seus fins, e demonstraram a possibilidade que tem um grupo pequeno, porém bem articulado, de dirigir de acordo com seus interesses e crenças a maior potência do sistema internacional moderno.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo: Informe 2013*. Londres: Secretariado Internacional, 2013.

BERGEN, Peter. A Discussion of Some of the Underlying Causes of Al Qaeda Terrorism. In: IKENBERRY, John G. *Terrorism, Security and America's Purpose*. Working Group Papers Prepared for the National Policy Forum. Washington DC: The New American Foundation, 2005.

BOOT, Max. Think Again: Neocons. *Foreign policy*. Council on Foreign Relations, Jan/Feb, 2004.

BUSH, George W. Military Order. White House: Federal Register, *Presidential Documents*, Vol. 66, No. 222, November 16, 2001

BUSH, George W. *Delivers Graduation Speech at the United States Military Academy in West Point*. New York: Military Academy of West Point, 2002.

DAALDER, Ivo H; LINDSAY, James M. *America unbound: the Bush revolution in foreign policy*. Washington: The Brookings Institution, 2003.

FINGUERUT, Ariel. *A Influência do Pensamento Neoconservador na Política Externa de George W. Bush*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP/Araraquara, 2008.

GADDIS, John Lewis. Grand Strategy in the Second Term. *Foreign Affairs*, New York, Vol. 84, No. 1, Jan/Feb, 2005.

HAASS, Richard. *The Reluctant Sheriff*. The United States After the Cold War. Council On Foreign Relations, 1997.

HERSH, Seymour. *Cadeia de Comando: A Guerra de Bush – Do 11 de Setembro às Torturas de Abu Ghraib*. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2004.

HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2013*. New York: Platon of Human Rights Watch, 2013.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine. *Political Science Quarterly* Vol. 118. No. 3 · Fall, 2003.

JERVIS, Robert. The Remaking of a Unipolar World. *The Washington Quarterly*. Vol. 29. No. 3 p. 7–19, Summer, 2006.

KAGAN, Robert; KRISTOL, William. The Bush Doctrine Unfolds. *The Weekly Standard*. Vol. 7, No. 24, March 4, 2002.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 1, 1990/91.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment Revisited. *The National Interest*, New York: The Nixon Center, 2002.

KRAUTHAMMER, Charles. A New Type of Realism. *The National Interest*, New York: The Nixon Center, 2003.

KRAUTHAMMER, Charles. *Democratic Realism an American Power. An American Foreign Policy for a Unipolar World*. Washington: American Enterprise Institute AEI, 2004a.

KRAUTHAMMER, Charles. In Defense of Democratic Realism. *The National Interest*. Vol. 77; Fall, 2004b.

KRISTOL, Irving. *Neoconservative: the autobiography of an idea*. New York: Free Press, 1995.

KRISTOL, Irving. The Neoconservative Persuasion. *The Weekly Standard*. Vol. 8, No. 47, August, 2003

KRISTOL, William. KAGAN, Robert. Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy. Carnegie. *Foreign Affairs*, July/August 1996.

KRISTOL, William. KAGAN, Robert. *Present Dangers: crisis and opportunity in american foreign and defense policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000

McGANN, James G.; WEAVER, Kent. (Ed) *Think Tanks and the Civil Societies: Catalysts for Ideas and Actions*. New Brunswick: Transaction Publisher, 2000

MURAVCHIK, Joshua. The Neoconservative Persuasion and Foreign Policy. *Democratija*, Vol. 11, Winter, 2007.

NSC, National Security Council. National Security Strategy of the United States. *White House*: National Security Council, 1991.

NSC, National Security Council. National Security Strategy For A New Century. *White House*: National Security Council, 2002.

PECEQUILO, Cristina S. *A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PECEQUILO, Cristina S. *The Other Lost Decade: The USA and the George W. Bush Era (2001/2008)*. Paper apresentado na Conferência Conjunta ABRI/ISA: Rio de Janeiro, 2009.

PIAZZA, James A. Incubators of Terror: Do Failed and Failing States Promote Transnational Terrorism? *International Studies Quarterly*. No. 52, p. 469-488, 2008.

PNAC. *Statements of Principles*. Project For The New American Century, 1997. <http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>

PNAC. *Rebuilding America's Defenses: strategy, forces and resources for a new century*. Washington: Project for the New American Century, 2000. <http://www.newamericancentury.org/RebuildingAmericasDefenses.pdf>

PNAC. *Statement on Post-War Iraq*. Project For The New American Century, March 19, 2003a. <http://www.newamericancentury.org/iraq-20030319.htm>

PNAC. *Second Statement on Post-War Iraq*. Project For The New American Century, March 28, 2003b. <http://www.newamericancentury.org/iraq-20030328.htm>

RICE, Condoleezza. Promoting the National Interest. *Foreign Affairs*, New York, Vol 79, No. 1, p. 45-62, Jan/Feb, 2000.

RICE, Condoleezza. Anticipatory Defense in the War on Terror. *New Perspective Quartely*. Vol. 19, No. 4, Winter, 2002.

RICE, Condoleezza. Rethinking the National Interest. American Realism for a New World. *Foreign Affairs*, Vol. 87, No. 4, 2008.

STELZER, Irwin. *The Neocon Reader*. New York, Grove-Press, 2004

TEIXEIRA, Carlos G. P. *O Pensamento Neoconservador em Política Externa nos Estados Unidos*. São Paulo: Edunesp, 2010.

U.S.D.S., *Patterns of Global Terrorism Report*. Washington: United States Department of State. Office of the Coordinator for Counterterrorism, Apr, 2004.

U.S. MILITARY ORDER DETENTION, TREATMENT, AND TRIAL OF CERTAIN NON-CITIZENS IN THE WAR AGAINST TERRORISM. Washington: *Public Law*, Nov. 13, p. 107-295, 2001.

U.S. PATRIOT ACT. Uniting and Strengthening America by providing appropriate tools required to intercept and obstruct terrorism. Washington: *Public Law*, Oct. 26, p. 107-56, 2001.

ZOELLICK. Robert. Campaign 2000: A Republican Foreign Policy, *Foreign Affairs* 79 n.1 Jan-Feb 2000.

RECEBIDO - 02/11/2013
APROVADO - 07/04/2014

